LIDO
EM 23/10/2026

APROVADO
EM 23/10/2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Ata nº 714/2026 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS. Aos (13) aos treze dias do Mês de setembro, do Ano de Dois Mil e Vinte e seis (2026), às (08h30min) oito horas e trinta minutos da manhã no prédio onde funciona à Prefeitura Municipal, na Av Eurico Sebastião Ferreira, nº 890. Reuniram-se os seguintes Vereadores: Flávio Roberto Alves de Brito – Presidente; Joanes Pimentel Vieira – 1º Vice-Presidente; Robson Rodrigues Machado – 2º Vice-Presidente; Amauri Olartechea – 1º Secretário; José Armando da Fonseca – 2º Secretário; Carlos da Rocha Pontes; Laurindo Luiz Marchezan; Nivaldo Henrique Pereira de Almeida; Vanilda Lopes dos Santos, Washington Jefferson de Castro e Yhgor Chagas Correa de Melo. Constatando o quórum regimental o Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, invocando a proteção de Deus e em nome da liberdade e da democracia declarou aberta a presente Sessão, agradeceu a presença de todos no plenário. O Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, passou a palavra ao pastor Diego dos Santos Lima - Igreja Mundial do Poder de Deus , para fazer a oração do dia. O Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, colocou em discussão a Ata nº 713/2026, da Sessão Ordinária do dia 06 de outubro do ano de 2026, não havendo discussão a mesma foi aprovada por unanimidade. O Presidente Flávio Brito, passou a palavra ao 1° Secretário **Amauri Olartechea**, **Ordem do dia:** Fez leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final referente ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 008/2026, o Parecer foi submetido à discussão, não havendo discussão foi submetido à votação, Parecer aprovado. Fez leitura do Projeto de Lei do Legislativo nº 035/2026, que institui a Honraria Pantaneira, a ser concedida anualmente pela Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, em sessão solene realizada no mês de novembro, em alusão à Festa da Cultura Pantaneira. O Projeto foi submetido à discussão Vereador **Joanes Pimentel Vieira** manifestou-se favoravelmente à proposta, ressaltando a importância de valorizar as pessoas que representam a cultura pantaneira de Rio Verde de Mato Grosso. Segundo ele, o município é acolhedor e reúne

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

pessoas de diferentes estados e origens, mas precisa fortalecer sua identidade cultural. Também comentou a possibilidade de alterar a denominação do município para reforçar sua ligação com o Pantanal, argumentando que uma identidade própria poderia contribuir para o turismo, aumentar a arrecadação municipal e evitar confusões com outras cidades chamadas Rio Verde, como Lucas do Rio Verde e Rio Verde de Goiás. Concluiu afirmando que homenagear quem mantém vivas as tradições pantaneiras é uma iniciativa importante e parabenizou os autores da proposta. Vereadora **Vanilda Lopes dos Santos** se pronunciou, afirmando que a criação da Honraria Pantaneira era um momento especial e emocionante. Explicou que a iniciativa nasceu do desejo de valorizar a história, a cultura e as pessoas que representam a essência do Pantanal. Embora tenha idealizado a proposta, destacou que a homenagem seria realizada em nome de toda a Câmara Municipal, como expressão da união e do reconhecimento dos vereadores. Ressaltou que ser pantaneiro significa carregar orgulho, tradição, coragem, simplicidade, resistência e amor pela terra. Para ela, o Pantanal não representa apenas uma paisagem natural, mas uma identidade presente nas histórias das famílias, no trabalho diário e na força da comunidade. Afirmou que homenagear essas pessoas significa reconhecer suas trajetórias e contribuições para manter viva a cultura pantaneira e transmitir esse patrimônio às próximas gerações. Finalizou agradecendo aos colegas e pedindo que Deus abençoasse os vereadores e a população. Vereador **Laurindo Luiz Marchezan** declarou ser favorável à urgência e ao projeto, mas sugeriu que a proposta contemplasse também os casais pantaneiros. Segundo ele, muitas vezes o trabalho realizado no Pantanal é resultado do esforço conjunto do homem e da mulher, citando como exemplo as mulheres que acordam de madrugada para preparar o café e a alimentação dos trabalhadores rurais. Por isso, defendeu que a homenagem pudesse reconhecer o casal, e não apenas uma pessoa individualmente. Em resposta, o presidente **Flavio Roberto Alves de Brito** afirmou que a sugestão era pertinente e esclareceu que o projeto era de autoria dos 11 vereadores, embora a ideia tivesse sido inicialmente apresentada pela vereadora Vanilda Lopes. A vereadora Vanilda Lopes dos Santos explicou que, quando se tratar de um casal, a homenagem poderá ser concedida aos dois, mas também deverá contemplar pessoas que tenham ficado viúvas ou que não sejam casadas. Dessa forma, considerou desnecessária uma emenda formal, uma vez que a aplicação da proposta poderia contemplar essas situações. Não havendo mais discussão, o Projeto foi submetido à votação, Projeto aprovado por unanimidade. O Primeiro Secretario **Amauri Olartechea** fez leitura do Parecer nº 054/2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, referente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 035/2026. Vereador **Washington Jefferson de Castro** destacou a importância do Pantanal não apenas pela diversidade de animais e plantas, mas também pelas pessoas que vivem na região e mantêm suas tradições. Citou os peões de comitiva, os berranteiros, os artesãos, os violeiros e as cozinheiras, especialmente as mulheres que trabalham na produção de leite, queijo, requeijão e outros alimentos tradicionais. Para ele, é fundamental reconhecer essas pessoas e preservar suas práticas culturais para as próximas gerações. Ressaltou que, além das homenagens, é necessário garantir serviços públicos ao homem do campo. Mencionou a ação prevista para o dia 6 de novembro, na Fazenda Santa Cruz, que deverá atender também outras propriedades rurais, e afirmou que levar saúde até as fazendas é tão importante quanto reconhecer a cultura pantaneira. Vereador **Yhgor**

LIDO
EM 23/10/2026

APROVADO
EM 23/10/2026

Chagas Correia de Melo parabenizou a vereadora Vanilda Lopes pela iniciativa e afirmou que todos os moradores de Rio Verde de Mato Grosso fazem parte da identidade pantaneira, independentemente de usarem roupas ou acessórios tradicionalmente associados ao Pantanal. Também ressaltou a importância da participação das mulheres nos espaços de decisão e anunciou sua intenção de indicar Maria Leila da Silva, conhecida como dona Leila da Marmitaria, para receber a homenagem. Vereador **Robson Rodrigues Machado** manifestou apoio ao projeto, afirmando que Rio Verde de Mato Grosso está inserido na região pantaneira, independentemente do acesso utilizado para chegar ao município. Parabenizou a vereadora Vanilda pela iniciativa e sugeriu que fossem consideradas homenagens a pessoas que já faleceram, mas que tiveram uma trajetória importante na cultura local, citando como exemplos seu Beca, seu Zé Tereré e João Manuel. Segundo ele, reconhecer essas pessoas contribuiria para preservar a memória dos antigos pantaneiros e transmitir suas tradições aos filhos e netos. Não havendo mais discussão, o parecer foi colocado em votação e aprovado. O Primeiro Secretario **Amauri Olartechea** retornou a fala, fez Leitura do requerimento solicitando esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso sobre os procedimentos relacionados ao Concurso Público nº 001/2026. O requerimento foi colocada em discussão, Vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** declarou que, naquele momento, não pretendia subscrever o requerimento, embora concordasse com a necessidade de esclarecimentos. Informou que também havia participado do concurso, mas não obteve aprovação. Em sua manifestação, mencionou comentários sobre uma possível venda de gabaritos e a suspeita de que servidores municipais pudessem ter sido beneficiados. Ressaltou, contudo, que não estava acusando pessoas específicas e que os fatos precisavam ser investigados. Afirmou que o concurso havia sido suspenso após a atuação do Ministério Público e defendeu que o prefeito avaliasse o cancelamento definitivo do certame, caso as irregularidades fossem confirmadas, com a devolução das taxas de inscrição aos candidatos. Destacou que o papel do Legislativo é fiscalizar a administração pública e cobrar providências, mas reconheceu que a decisão administrativa sobre o cancelamento cabe ao Executivo, dentro de suas competências legais. Vereador **José Armando da Fonseca** declarou ser favorável à transparência e ressaltou que o Ministério Público já estava acompanhando as denúncias. Lembrou sua própria experiência como servidor concursado e afirmou que pessoas que estudaram e se prepararam de maneira legítima também poderiam ter sido aprovadas. Defendeu que os fatos fossem esclarecidos e que, caso fossem comprovadas irregularidades, fossem tomadas as providências cabíveis. Também mencionou que o edital previa a devolução das taxas de inscrição em caso de cancelamento do concurso, conforme as condições aplicáveis. Vereador **Laurindo Luiz Marchezan** afirmou que as suspeitas envolvendo o concurso causavam preocupação e indignação, especialmente entre os candidatos que estudaram durante meses e poderiam ser prejudicados. Relatou comentários sobre possíveis notas elevadas obtidas por servidores municipais e defendeu que as informações fossem devidamente apuradas, sem prejuízo dos candidatos que participaram de forma regular. Ressaltou que a população aguardava uma resposta séria da Prefeitura e que o concurso não deveria prosseguir caso fossem comprovadas irregularidades. Vereador **Robson Rodrigues Machado** relatou ter recebido diversas mensagens e questionamentos de moradores sobre a atuação da Câmara Municipal diante do caso. Destacou que muitos candidatos

LIDO
EM 23/10/2026

APROVADO
EM 23/10/2026

vieram de outras cidades, tiveram despesas com transporte e alimentação e investiram tempo e dinheiro na preparação para o concurso. Por isso, defendeu que os esclarecimentos fossem encaminhados à Câmara com urgência e que, caso o concurso fosse cancelado, as taxas de inscrição fossem devolvidas aos participantes, conforme as regras aplicáveis. Vereador **Nivaldo Henrique Pereira de Almeida** criticou a atuação do Legislativo diante de situações que, em sua avaliação, exigiam fiscalização mais efetiva. Afirmou que muitos moradores depositaram expectativas no concurso público e investiram recursos em cursos, apostilas e preparação. Também mencionou a repercussão de denúncias envolvendo a administração municipal e questionou a dimensão dos prejuízos financeiros e morais enfrentados pelos candidatos. Para ele, a Câmara precisava assumir sua responsabilidade fiscalizadora, sem depender exclusivamente da atuação do Ministério Público. Vereador **Joanes Pimentel Vieira** afirmou que já havia alertado anteriormente para questões relacionadas ao concurso e ressaltou que os vereadores não deveriam esperar a atuação de órgãos externos para cumprir suas funções fiscalizadoras. Segundo ele, cabe ao Legislativo receber as demandas da população, buscar informações e encaminhar denúncias aos órgãos competentes. Destacou que as possíveis irregularidades precisavam ser apuradas e que a população tinha o direito de saber se o concurso foi conduzido de maneira legal e transparente. Vereador **Carlos da Rocha Pontes** declarou que a situação não poderia terminar sem a devida apuração dos fatos. Defendeu o afastamento do secretário responsável e dos servidores eventualmente envolvidos nos procedimentos de contratação e realização do concurso, caso houvesse fundamento para essa medida. Além disso, solicitou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso no âmbito municipal. Ressaltou que milhares de pessoas foram afetadas pela suspensão e que a situação prejudicava a credibilidade da administração pública e do município. Reforçou que sua intenção era garantir uma investigação aprofundada e a responsabilização dos envolvidos, caso as irregularidades fossem comprovadas. Vereadora **Vanilda Lopes dos Santos** manifestou sobre o concurso público, destacando o impacto emocional e financeiro que a situação poderia causar aos candidatos. Relatou ter acompanhado pessoas que estudaram intensamente, abriram mão de momentos de lazer e enfrentaram dificuldades durante a preparação, algumas delas chegando a procurar atendimento médico em razão de crises de ansiedade. A vereadora afirmou que, por trás de cada inscrição, existe uma pessoa com sonhos, responsabilidades familiares e a esperança de conquistar estabilidade financeira. Ressaltou que concursos públicos devem ser conduzidos com respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa. Defendeu uma investigação rigorosa e a responsabilização de eventuais envolvidos, caso as irregularidades fossem comprovadas. Finalizou afirmando que os candidatos merecem respeito, a população merece respostas e a confiança no serviço público precisa ser preservada. Vereador **Amauri Olartechea** concluiu as manifestações sobre o requerimento afirmando que a solicitação de informações era necessária diante dos acontecimentos e da cobrança da população. Defendeu que os fatos fossem apurados e que eventuais responsáveis por irregularidades fossem devidamente responsabilizados. Também ressaltou que os candidatos que se prepararam de forma legítima não poderiam ser prejudicados por possíveis condutas indevidas. Não havendo mais discussão, o Requerimento foi colocado em votação,

LIDO
EM 23/10/2026

APROVADO
EM 23/10/2026

Requerimento aprovado. O Primeiro Secretario **Amauri Olartechea** fez leitura do requerimento destinado ao secretário municipal de Obras e Serviços Urbanos, Ernani Augusto da Fonseca, com cópia ao prefeito municipal, solicitando a limpeza e a desobstrução urgente dos bueiros e das bocas de lobo de Rio Verde de Mato Grosso. O Requerimento foi colocado em discussão, Vereador **Laurindo Luiz Marchezan** pediu que a Secretaria de Obras mantivesse uma equipe responsável por esse tipo de serviço, garantindo ações permanentes de limpeza e manutenção. Relatou que, durante as chuvas recentes, diversas residências e estabelecimentos comerciais foram atingidos por alagamentos. Citou como exemplo dois bueiros entupidos na Rua José Bonifácio, nas proximidades de uma oficina, que estariam dificultando o escoamento da água e contribuindo para a inundação do estabelecimento. O vereador pediu providências para solucionar o problema e reduzir os prejuízos à população. Vereador **Joanes Pimentel Vieira** afirmou que a Câmara já havia cobrado diversas vezes a limpeza dos bueiros e a reposição de tampas danificadas. Citou como exemplo o bairro Bela Suíça, onde, segundo ele, havia várias bocas de lobo com tampas quebradas. Ressaltou que a execução desses serviços é responsabilidade da administração municipal, enquanto aos vereadores cabe fiscalizar e encaminhar as solicitações dos moradores. Também mencionou os estragos provocados por uma chuva intensa, estimada em aproximadamente 90 milímetros, e afirmou que a falta de manutenção da drenagem contribuiu para os transtornos. Defendeu que o município adotasse medidas preventivas, especialmente diante do objetivo de fortalecer o turismo e modernizar a infraestrutura urbana. Também destacou que intervenções realizadas anteriormente no Jardim Semiramis, envolvendo drenagem e pavimentação, haviam ajudado a solucionar problemas naquela região, mas que outras áreas ainda necessitavam de melhorias. Vereador **Amauri Olartechea** afirmou que a Câmara cobrava havia cerca de seis anos a apresentação de um plano de ação para a desobstrução dos bueiros do município. Reconheceu que as chuvas têm sido intensas, mas ressaltou que a preparação antecipada pode evitar prejuízos às famílias. Pediu desculpas aos moradores do bairro Figueirinha, citando Lourival, Luciano da Silva e Vanderlei, cujas residências, segundo relatou, são atingidas pela água sempre que chove. Afirmou que o secretário de Obras já havia sido levado ao local por vereadores para conhecer a situação, mas que ainda não tinham sido adotadas medidas suficientes para proteger os moradores. Defendeu que a Prefeitura apresentasse um plano concreto e imediato, alertando que, se os problemas já eram evidentes em outubro, a situação poderia se agravar durante o período de chuvas mais intensas, especialmente em dezembro. Vereador **Washington Jefferson de Castro** também relatou os transtornos enfrentados pelos moradores durante as chuvas, citando famílias cujas casas foram invadidas pela água e tiveram móveis danificados. Mencionou situações registradas no bairro Figueirinha e em outras regiões da cidade, ressaltando que os alagamentos se repetem anualmente. Segundo ele, os vereadores já haviam apresentado indicações solicitando a limpeza dos bueiros em 2025 e novamente em 2026. Afirmou que esteve pessoalmente em residências atingidas pela água e destacou os riscos enfrentados pelas famílias, especialmente em bairros como Santa Terezinha, Vila Figueirinha e Novo Horizonte. Também pediu que os moradores evitassem jogar lixo nas ruas e nas margens dos rios, mas ressaltou que cabe ao poder público garantir a manutenção adequada do sistema de drenagem. Concluiu

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

manifestando confiança de que os problemas seriam resolvidos o mais rapidamente possível, para evitar que novas chuvas provocassem os mesmos transtornos e prejuízos à população. O vereador **Robson Rodrigues Machado** pediu permissão para subscrever e ressaltou que as chuvas haviam sido muito fortes e acima do normal, com precipitação superior a 100 milímetros no município, mas ponderou que, caso os bueiros estivessem limpos e desobstruídos, os impactos das enchentes poderiam ter sido amenizados, reduzindo a quantidade de água que invadiu residências e casas da população. Ainda em discussão o vereador **Flávio Roberto Alves de Brito** comentou que a população vinha solicitando atenção da Secretaria Municipal de Obras para a limpeza dos bueiros, responsáveis pelo escoamento das águas pluviais. Ressaltou que, em períodos de chuvas intensas, a falta de limpeza e desobstrução dos bueiros provoca transtornos e prejuízos a diversos moradores, cujas residências acabam sendo invadidas pelas águas. Informou que os onze Vereadores assinariam o documento, que seria encaminhado à Secretaria Municipal de Obras, enfatizou que essa demanda se arrastava há mais de cinco anos. Encerrada a discussão, o requerimento foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Presidente **Flávio Roberto Alves de Brito** passou a palavra para o Segundo Secretário **José Armando da Fonseca.** Fez leitura do Requerimento nº 62/2026, de autoria do Vereador Yhgor Chagas. A matéria, fundamentada nos artigos 159 e 163 do Regimento Interno e nas demais disposições legais, requer à Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde de Mato Grosso-MS o encaminhamento de informações detalhadas e documentos comprobatórios referentes aos serviços de saúde bucal prestados à população, aos recursos financeiros destinados e aplicados aos profissionais atuantes, bem como aos materiais, insumos e equipamentos adquiridos no período de 1º de janeiro de 2025 a 13 de outubro de 2026, com destaque para a aquisição, distribuição, armazenamento e utilização de películas radiográficas odontológicas intraorais periapicais, além de outras providências. Por se tratar de requerimento, foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, fez a leitura da Moção de Congratulação nº 126/2026 de autoria da Vereadora Vanilda Lopes acompanhada do histórico de homenagem a João Teodoro da Silva. Destacou que a propositura da homenagem se dava como expressão de reconhecimento e gratidão por sua dedicação ao serviço público e por sua contribuição à comunidade rioverdense. A Moção foi submetida à discussão. Vereadora **Vanilda Lopes** ressaltou, que era com muito orgulho que prestava a homenagem e realizava a entrega da Moção a João Teodoro da Silva, destacando a importância de seu trabalho na área da saúde, sua responsabilidade, seu caráter, sua honestidade e seu comprometimento com as funções que desempenha ao longo de todos esses anos. Não havendo mais discussão foi submetida à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. **Grande Expediente:** O Vereador **Laurindo Luiz Marchezan** fez o uso da tribuna e cumprimentou a todos os presentes e ouvintes, fez uma indicação à Secretaria Municipal de Obras, solicitando o serviço de tapa-buracos na Rua Porfírio Gonçalves, no trecho compreendido entre a oficina do Miltinho e a Auto Elétrica do Bode. Explicou que há um impedimento para a realização de obras de pavimentação no local, por se tratar de área pertencente à CCR, que, segundo relatou, não realiza a manutenção necessária, ocasionando o surgimento de buracos. Informou que, no início do ano, após diversas

LIDO
EM 28/10/2026

APROVADO
EM 23/10/2026

solicitações suas e de outros Vereadores, foi aplicada uma lama asfáltica, mas em decorrência das fortes chuvas surgiram diversos buracos, dificultando a passagem de veículos. Fez uma Moção de Pesar pelo falecimento de Alzina Aparecida Lemes, ocorrido no dia anterior, 12 de outubro, data que comemora-se o dia de Nossa Senhora Aparecida. Destacou que ela havia trabalhado muito pelo município de Rio Verde, especialmente na área da saúde, e informou que estava sendo velada naquele dia, com sepultamento previsto para as 17 horas. Relatou que esteve no local e conversou com seu filho, Júnior, manifestando tristeza pela perda de uma pessoa que tanto contribuiu para a saúde e para a população rioverdense. A Moção de Pesar foi submetida à discussão. O Vereador Robson Rodrigues Machado pediu permissão para subscrever e ressaltou que, ela foi uma das primeiras enfermeiras de Rio Verde e contribuiu significativamente para a saúde local. Recordou que, em 1995, sua avó esteve internada no hospital municipal e foi cuidada por Alzina, lembrando que seu pai pedia à profissional que cuidasse de sua mãe e que ela permitia que ele permanecesse no quarto acompanhando a avó até seus últimos momentos. Destacou que Alzina não foi apenas uma servidora, mas também um ser humano extraordinário, de grande coração, que estava sempre disposta a ajudar as pessoas no hospital e que ia além de suas atribuições profissionais, atendendo pessoas a domicilio, participava da Pastoral da Criança e contribuía com a comunidade São João Batista, no bairro João de Barro, inclusive desde a fundação daquele bairro. Ao final, manifestou suas condolências aos familiares e amigos. Em seguida, o Vereador Yhgor Chagas pediu permissão para subscrever e expressou seus sentimentos à família Lemes pela perda de Alzina Aparecida. Recordou que o Vereador Lauro havia comentado anteriormente que pretendia homenageá-la em vida, mas que a legislação não permitia a realização de determinadas homenagens dessa natureza enquanto a pessoa estivesse viva. Ressaltou que considerava importante reconhecer as pessoas ainda em vida e mencionou que o Vereador Lauro pretendia realizar a homenagem após o falecimento de Alzina. Relatou que Alzina iniciou sua trajetória profissional na década de 1970, permanecendo por aproximadamente 48 anos trabalhando na saúde de Rio Verde, até 2018. Destacou que, mesmo tendo direito à aposentadoria, ela afirmava que somente se aposentaria quando não tivesse mais condições de trabalhar. Ressaltou que, mesmo diante de enfermidades e do cansaço acumulado ao longo da vida, continuava ajudando e auxiliando as pessoas. Relatou ainda uma conversa que teve recentemente com Alzina, na qual ela destacou a trajetória que havia iniciado sua vida profissional como empregada doméstica no hospital do Dr. Luiz. Segundo o relato, Alzina começou trabalhando na residência e, posteriormente, passou a atuar no hospital, onde, observando e aprendendo, adquiriu conhecimentos na área da enfermagem e tornou-se auxiliar. Posteriormente, com a oferta de formação profissional, realizou o curso e tornou-se técnica de enfermagem, mesmo após já ter filhos e experiência na área. O Vereador Yhgor Chagas também destacou a participação de Alzina na luta pela criação do primeiro hospital público do município. O Vereador Joanes Pimentel devolveu a presidência. A Vereadora **Vanilda Lopes** fez o uso da tribuna e pediu permissão para subscrever e parabenizou o Vereador Lauro Marchezan pela iniciativa. Informou que também pretendia apresentar uma Moção de Pesar, considerando a representatividade de Alzina Aparecida Lemes para a comunidade e para sua própria família, destacando que seu pai era compadre da homenageada e que ambos mantiveram uma

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

convivência especial. Agradeceu a Deus pela oportunidade de ter convivido com uma mulher de muita garra e dedicação ao trabalho, ressaltando que a saúde era o foco de sua vida e que ela dedicou grande parte de sua trajetória a cuidar das pessoas, sendo uma excelente profissional que amava o que fazia. Relatou que teve a oportunidade de dar seu último abraço em Alzina antes de sua viagem a Campo Grande e de permanecer um pouco com ela no hospital. Reconheceu que a partida faz parte do ciclo da vida e manifestou seus sentimentos à família. Em seguida, o Vereador Washington Castro pediu permissão para subscrever e afirmou que a praça do bairro João de Barro deveria ter recebido o nome de Alzina ainda em vida, como forma de reconhecimento por sua trajetória. Manifestou profundo pesar pelo falecimento e destacou que ela dedicou grande parte de sua vida a cuidar do próximo, sempre com carinho, dedicação e compromisso. Ressaltou que deixou um legado de humildade, respeito e amor ao próximo, bem como as inúmeras vidas alcançadas por seu trabalho e sua generosidade. Manifestou solidariedade aos familiares e amigos. Na sequência, o autor da Moção de Pesar, Vereador Lauro Luiz Marchezan, voltou a fazer uso da palavra e agradeceu as manifestações dos colegas. Relatou que conheceu Alzina em 1972 ou 1973, em Rio Verde, quando havia apenas um pequeno hospital, no qual ela trabalhava, lavava roupas e cuidava de diversas atividades. Destacou que, ao longo dos anos, ela cresceu profissionalmente, tornou-se enfermeira, prestou concurso e dedicou sua vida à saúde da população rioverdense. Informou que, no início daquele ano, havia apresentado um projeto de lei para homenageá-la, atribuindo seu nome à praça do bairro João de Barro, mas que o projeto foi impedido por não ser permitida a homenagem a pessoas em vida. Reafirmou que apresentaria novamente o projeto de lei em breve, com o objetivo de eternizar o nome de Alzina em uma placa na praça, em reconhecimento a tudo o que ela fez pela saúde de Rio Verde e como homenagem à sua família. Agradeceu aos demais vereadores que subscreveram a moção. Não havendo mais discussão, foi colocada em votação e mesma foi aprovada por unanimidade. O Vereador **Nivaldo Henrique Pereira de Almeida** fez o uso da tribuna e cumprimentou a todos presentes e ouvintes, fez um requerimento solicitando esclarecimentos acerca dos contratos de transporte escolar do município de Rio Verde referentes aos últimos três anos, até o ano corrente. Explicou que havia recebido diversos questionamentos sobre o assunto nos últimos dias e que já possuía outros requerimentos relacionados à matéria, aguardando respostas. Informou que buscaria compreender quais fatores justificavam o aumento, se haviam sido incluídas novas linhas, ampliados os serviços prestados ou realizadas outras alterações em relação aos contratos anteriores. Segundo relatou, as informações de que dispunha informalmente indicavam que, aproximadamente três anos antes, os contratos de transporte escolar variavam entre R$ 1,5 milhão e R$ 2 milhões, enquanto, em 2026, o valor teria chegado a R$ 4,9 milhões. Ressaltou que o montante representava uma alta expressiva, motivo pelo qual solicitava esclarecimentos às secretarias competentes, com cópia ao gabinete do Prefeito. Requereu também cópias de todos os contratos, a fim de verificar se foram firmados com a mesma empresa e se correspondiam ao mesmo CNPJ, considerando que a empresa responsável pelo transporte escolar também prestaria outros serviços de transporte ao Município. Como exemplo, mencionou a locação de um ônibus destinado à área da saúde, cujo valor, conforme relatou, teria sido de R$ 1 milhão para atender ao serviço durante quatro ou cinco meses. Questionou a opção pela locação,

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

enfatizou que com aquele valor, seria possível adquirir quase dois ônibus, que permaneceriam disponíveis para uso do Município posteriormente. O requerimento foi submetido à discussão. Não havendo discussão, foi submetida à votação, foi aprovado por unanimidade. O vereador Nivaldo Henrique afirmou que havia apresentado diversos requerimentos nos últimos dias e que pretendia continuar se posicionando com maior frequência, Afirmou que pretende exercer seu mandato de maneira a corrigir situações que considera inadequadas, especialmente no que diz respeito à falta de informações necessárias para fiscalizar e acompanhar as ações da Administração Municipal. Relatou que, assim como ele, outros vereadores vem enfrentando dificuldades no relacionamento com o Poder Executivo, afirmou que algumas demandas não estariam sendo atendidas pelo Prefeito e por determinados secretários. Comentou sobre a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal que seria realizada logo em seguida, afirmou que era necessário ter responsabilidade tanto para provocar uma situação quanto para conduzi-la e encerrá-la. Passou, então, a fazer um retrospecto da eleição da Mesa Diretora. Explicou que, no dia 7 de outubro do ano anterior, havia sido votado para a Presidência da Casa e que, naquela ocasião, realizou um dos discursos mais enérgicos de seu mandato. Reconheceu que costumava procurar manter a postura e a calma, mas pediu desculpas a alguns colegas, especialmente ao Vereador Lauro Marchezan, por declarações feitas naquele momento, quando se manifestou sobre os Vereadores que haviam deixado o plenário durante a votação. Afirmou que o assunto havia sido discutido em diversas sessões e que, naquele momento, desejava prestar contas de sua posição, de seu mandato e das decisões que havia tomado. Relatou que, inicialmente, estava tranquilo e integrado à chapa do Presidente Flávio Brito, que concorreria à reeleição, mas que acabou sendo incentivado de diferentes maneiras a assumir outra posição. Esclareceu que não foi obrigado a fazê-lo, pois tomou a decisão por vontade própria, embora mencionasse a participação de alguns colegas, entre eles o Vereador Amauri, a quem dirigiu palavras de consideração e amizade. Declarou admirar Amauri por considerá-lo uma pessoa séria, íntegra e comprometida com sua palavra, afirmando que mantinha por ele respeito e amizade, apesar das divergências políticas. Explicou que, até então, integrava a chapa do Presidente Flávio Brito, inicialmente como Vice-Presidente e posteriormente como Secretário, mas que, em eleições para a Mesa Diretora, os Vereadores que não estavam na composição frequentemente buscavam participar da disputa, levando-o a sair de sua posição inicial e colocar seu nome como candidato à Presidência. Informou que a eleição realizada naquela ocasião foi submetida à análise jurídica e posteriormente invalidada, situação que, segundo afirmou, também havia ocorrido em outros municípios do Estado. Atribuiu o ocorrido a falhas da assessoria e do setor jurídico da Câmara, que, em sua avaliação, permitiram a realização de uma eleição sem a devida segurança quanto à sua validade. Recordou que, em 1º de janeiro de 2025, apesar de ter ficado vencido na votação anterior, ligou para o Presidente Flávio Brito no dia 31 de dezembro e informou que votaria nele no dia seguinte, mesmo sem integrar sua chapa, em razão da importância da unidade da Casa Legislativa e do mandato. Entretanto, depois de assumir a responsabilidade de disputar a Presidência e de ter sua eleição invalidada, afirmou que sua intenção seria apresentar novamente uma chapa com os mesmos nomes da composição anterior. Recordou que alguns colegas haviam declarado que não votariam em Flávio Brito por entenderem que

WASHINGTON

LIDO EM 23/10/2025

APROVADO 23/10/2025

ele não teria cumprido um acordo referente à não ocorrência de reeleição na Mesa Diretora. O Vereador Nivaldo Henrique explicou que, após ter assumido essa posição, consideraria incoerente voltar atrás e apoiar uma chapa de reeleição. Ressaltou que sua posição não era necessariamente motivada por questões pessoais contra Flávio Brito, mas também por divergências políticas e administrativas relacionadas à Câmara Municipal. Como exemplo, mencionou as condições físicas do espaço utilizado pela Casa Legislativa, afirmando que o local funcionava como uma extensão improvisada da Prefeitura, que o prédio havia sido atingido pelas chuvas recentes e que, após um ano, ainda não havia um plenário adequado, com utilização de microfones improvisados. Considerou que essas situações demonstravam problemas que, em sua avaliação, precisavam ser enfrentados. Declarou que utilizava essas questões para explicar seu posicionamento contrário à chapa que seria submetida à votação. Acrescentou que cada Vereador deveria agir conforme sua consciência e responder por suas escolhas perante si próprio, seus amigos e familiares, sem que necessariamente precisasse prestar contas a ele. Comentou ainda que o Poder Executivo possuía força política e administrativa e que algumas pessoas poderiam tomar decisões imediatistas diante desse cenário, mas afirmou preferir manter sua posição pensando no futuro, considerando que ainda haveria muitos acontecimentos políticos nos próximos anos. O Vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** fez o uso da tribuna e cumprimentou a todos os presentes e ouvintes e destacou que o município de Rio Verde de Mato Grosso vivia um acontecimento inédito em seus 72 anos de história, considerando que seria a primeira vez que uma mesma legislatura teria três eleições para a Mesa Diretora referentes aos biênios do mandato. Comentou que em conversa com o Deputado Federal Beto Pereira, Presidente Nacional do Republicanos, o convidou para assumir a liderança da bancada do partido Republicanos na Câmara Municipal, em substituição ao Vereador José Armando. Relatou que, inicialmente, não havia aceitado o convite, pois estava concentrado em seus objetivos políticos para 2028 e entendia que assumir a liderança naquele momento poderia ocupar parte do tempo dedicado a esse planejamento. Entretanto, por se tratar de um pedido do deputado, a quem reconhecia como parceiro do município de Rio Verde, decidiu aceitar a indicação e informou ao Presidente que, desde o dia 5 de outubro, respondia oficialmente pela liderança da bancada do Republicanos na Câmara Municipal. Em seguida, abordou a repercussão de suas manifestações sobre o concurso público municipal, esclareceu que não havia falado mal de ninguém, tampouco insinuado que alguém tivesse cometido irregularidades, mas que, diante dos questionamentos apresentados pela população, considerava necessário apurar os fatos. Declarou que independente de ter sido eleito no palanque do Prefeito Réus Fornari, isso não significava concordar com todas as decisões da Administração Municipal, especialmente com a forma como a saúde pública vinha sendo conduzida, da qual afirmou discordar em 99%. Destacou que a investigação caberia aos órgãos competentes, ao Ministério Público e à Administração Municipal, e explicou que não havia subscrito o requerimento relacionado ao concurso porque, em seu entendimento, não caberia ao vereador determinar seu cancelamento, mas fiscalizar e solicitar providências ao Poder Executivo. Acrescentou que o Prefeito havia se comprometido a cancelar o concurso, caso o parecer do Ministério Público apontasse irregularidades, além de já ter suspendido o certame. Informou ainda que havia solicitado a devolução das taxas de inscrição, assim

LIDO
EM 23/10/2025

APROVADO
EM 23/10/2025

como o Vereador Carlos Pontes, que também acrescentara o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O vereador também comentou o requerimento que havia apresentado anteriormente à Secretaria Municipal de Saúde e criticou a maneira como determinados serviços públicos eram conduzidos. Defendeu que os ocupantes de cargos públicos deveriam ter habilidade, mais disposição para atender a população e buscar soluções para as demandas apresentadas. Criticou a possibilidade de um vereador sofrer medidas ou ameaças de registro de boletim de ocorrência por cobrar providências de integrantes do secretariado municipal, ressaltando que a fiscalização e a cobrança de melhorias faziam parte de suas atribuições. Informou que publicaria posteriormente, em suas redes sociais, mais esclarecimentos a respeito do assunto. Parabenizou o pastor Ronie e sua amiga Tiffany Débora pelo aniversário, estendendo os cumprimentos a todas as pessoas que comemoravam a data. O Vereador Yhgor Chagas retomou o assunto da eleição da Mesa Diretora, concordando com a observação feita anteriormente pelo Vereador Nivaldo Henrique de que o município vivenciava uma situação inédita em seus 72 anos de história. Ressaltou que o cancelamento da eleição anterior não havia sido provocado por ele nem pelo Vereador Nivaldo Henrique, mas por decisão da Justiça. Em sua reflexão, afirmou acreditar que a justiça dos homens era moldada por Deus e que, se a eleição havia sido anulada, talvez os acontecimentos tivessem um propósito que ainda não fosse possível compreender. Na sequência, dirigiu-se ao Vereador Nivaldo Henrique e relembrou as circunstâncias que antecederam a eleição da Mesa Diretora. Explicou que, quando foi discutida a antecipação da eleição, ele e o Vereador Nivaldo Henrique inicialmente participariam da chapa de reeleição do Vereador Flávio Brito, mas que foram procurados por pessoas insatisfeitas com a permanência de integrantes na Mesa e contrárias à reeleição do então Presidente. Segundo relatou, essas pessoas defendiam a necessidade de renovação e afirmavam que determinados vereadores deveriam cumprir a palavra de não permanecer nos cargos. Por acreditar em um projeto de mudança e renovação, decidiu apoiar a formação de outra chapa, entendendo que estaria contribuindo para um novo projeto político. Contudo, afirmou que, em sua avaliação, o objetivo de algumas pessoas não seria promover a renovação, mas evitar perder os cargos que ocupavam na Mesa Diretora. O vereador observou que, após a Justiça anular a eleição anterior, o Vereador Nivaldo Henrique poderia novamente disputar a Presidência, reunindo integrantes da chapa que havia sido formada anteriormente, mas que isso não aconteceria. Pediu que a população observasse a composição da chapa que seria apresentada pelo Vereador Flávio Brito, afirmando que essa comparação permitiria compreender, em sua visão, quem realmente defendia a renovação e quem desejava permanecer nos cargos. Afirmou que pretendia continuar atuando como vereador entre 2028 e 2031, reiterou que havia tentado participar do processo e que, embora sua chapa tivesse vencido a eleição anterior, a decisão acabou sendo anulada pela Justiça. Relatou que havia conversado com o Vereador Flávio Brito e se apresentado como uma pessoa partidária, afirmando que não havia obrigação de divulgar publicamente seu voto, mas que considerava importante esclarecer sua posição. Informou que, como líder do Republicanos, a bancada do partido havia manifestado entendimento favorável à reeleição do Vereador Flávio Brito e que, mantida essa orientação, os integrantes da bancada votariam pela sua recondução à Presidência. Ressaltou que cada eleição

possuía suas próprias circunstâncias e que, embora tivesse estado ao lado do Vereador Nivaldo Henrique na eleição anterior, o resultado daquele processo havia sido posteriormente invalidado pela Justiça. Por fim, o vereador declarou publicamente que votaria favoravelmente à reeleição do Vereador Flávio Brito, ressaltou que não estava recebendo qualquer benefício financeiro para manifestar seu posicionamento e que considerava necessário tratar o processo eleitoral com seriedade. Criticou o que considerou contradições entre os discursos anteriores e a composição da chapa que se formava naquele momento, afirmando que alguns dos que haviam defendido a renovação agora participariam da nova Mesa Diretora. Classificou as articulações de bastidores como desagradáveis e reiterou que, em sua avaliação, o Vereador Flávio Brito não havia pressionado ninguém a apoiá-lo, mas estava sendo indicado por consenso e pela maioria dos vereadores. Na sequência, o Presidente anunciou a troca de tempo entre o Vereador Carlos Pontes e o Vereador Joanes Pimentel. O Vereador **Joanes Pimentel** fez o uso da tribuna e cumprimentou a todos ouvintes e presentes, comentou as manifestações anteriores a respeito da eleição da Mesa Diretora e afirmou que não pretendia abordar o assunto, conforme havia dito ao Presidente Flávio Brito, mas decidiu se manifestar diante das referências feitas à vontade de Deus. Declarou que a decisão de articular a mudança da Mesa Diretora ocorreu porque o Vereador Flávio Brito havia afirmado, na ocasião em que foi eleito, que não seria candidato à reeleição. Reiterou que esse posicionamento foi o motivo pelo qual se mobilizaram para alterar a composição da Mesa. Acrescentou que algumas pessoas buscavam ocupar cargos e que, em sua avaliação, era possível observar quem concentrava mais funções dentro da Câmara Municipal. Dirigindo-se ao Vereador Yhgor Chagas, criticou sua postura e afirmou que ele havia recuado de seu posicionamento, utilizando a expressão de que teria "arregado". Também mencionou o Vereador Amauri Olartechea, afirmando não saber quais demandas haviam motivado sua decisão, e concluiu que, em sua avaliação, o sistema havia prevalecido. O vereador afirmou que ele e o Vereador Amauri estavam há três biênios consecutivos na Mesa Diretora e questionou a utilização de argumentos religiosos para justificar os acontecimentos políticos, ressaltando que ninguém pretendia se colocar acima dos demais. Explicou que o grupo havia se articulado para alterar a composição da Mesa, como normalmente acontecia nos bastidores da política. Desejou ao Presidente Flávio Brito, sucesso na nova etapa, assegurando que continuaria sendo parceiro e contribuindo com os trabalhos em favor do município. Esclareceu, entretanto, que não votaria favoravelmente à nova composição, em razão das posições defendidas durante a eleição anterior. Em seguida, o Vereador Joanes Pimentel fez um requerimento solicitando que o Prefeito Municipal, Réus Fornari, adotasse providências imediatas para afastar o secretário responsável e toda a equipe envolvida no procedimento relacionado ao concurso público municipal, até a conclusão das investigações. O vereador relatou que havia sido maltratado por alguns funcionários da Administração Municipal e considerou a situação inaceitável, questionando a finalidade da representação parlamentar caso os vereadores não pudessem defender os interesses da população. Afirmou que o concurso havia frustrado as expectativas de pessoas que se prepararam para participar do certame, mas ressaltou que não estava afirmando que irregularidades haviam efetivamente ocorrido, pois, em sua avaliação, caberia à investigação esclarecer os fatos. Defendeu que o afastamento temporário dos envolvidos seria

LIDO EM 23/10/2026

23/10/2026

necessário para assegurar a transparência e a lisura da apuração. Criticou o que considerou falta de moralidade na condução de assuntos da Administração Municipal e afirmou que, embora reconhecesse ações positivas realizadas no município, isso não justificaria deixar de fiscalizar possíveis irregularidades. Acrescentou que os vereadores não deveriam agir em busca de cargos ou benefícios pessoais, mas representar os interesses dos cidadãos. Colocou o requerimento em discussão e, não havendo discussão, submeteu-o à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Após a aprovação, o Vereador Joanes reiterou que considerava ser dever do parlamentar defender os interesses da população, e não os interesses da Prefeitura. Para ilustrar os impactos do concurso, relatou que o Professor Fernando havia lhe contado sobre um conhecido que viera de Diadema, no Estado de São Paulo, percorrendo aproximadamente 700 quilômetros para participar do certame. Segundo o relato, a pessoa havia arcado com despesas de viagem e hospedagem para realizar a prova. Questionou se os agentes públicos estavam na vida pública para servir à população ou para serem servidos. Fez outro requerimento solicitando informações relacionadas à licitação para a construção da escola no bairro Bela Suíça. Afirmou que o município possuía empresários e empresas com capacidade técnica para executar empreendimentos de grande porte, mencionando o empresário José Marcelo, que, segundo declarou, já havia participado de obras importantes em Chapadão do Sul, Pedro Gomes e outras cidades. Relatou que, na licitação da escola, uma empresa proveniente de Campo Grande teria apresentado desconto de 20% sobre o valor estimado de R$ 10 milhões, reduzindo a proposta para R$ 8 milhões. Questionou a viabilidade da construção pelo valor ofertado e afirmou que outras empresas teriam desistido do certame, resultando na vitória da empresa mencionada. Em seguida, declarou estar de posse de documentos referentes aos autos do Tribunal de Contas da União nº 5606/2025, que, conforme sua exposição, tratariam de possíveis irregularidades na condução eletrônica da licitação, especialmente quanto à habilitação da Construtora IGA. Diante disso, questionou se os vereadores deveriam permanecer sem tomar providências diante de possíveis irregularidades ou cumprir seu papel de fiscalização. Na sequência, relembrou que o projeto da escola havia começado em 2021, durante a legislatura anterior, quando a maioria dos vereadores que integravam a Câmara naquele período teria ido ao gabinete de Rose Modesto para solicitar sua intercessão junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de viabilizar a construção. Comentou que após a mudança de governo, os recursos teriam deixado de estar disponíveis, mas o Professor Walter – Secretário Municipal de Educação , juntamente com o Prefeito Municipal e a Secretaria responsável, teria atuado para recuperar os recursos e permitir que a obra fosse retomada. Ressaltou que, apesar da importância da construção da escola, era necessário garantir que o empreendimento fosse executado de maneira regular. Por isso, solicitou que a secretaria responsável pela área administrativa, adotasse providências e acompanhasse rigorosamente a investigação das possíveis irregularidades apontadas. O Vereador Joanes Pimentel acrescentou que ainda não havia recebido resposta ao requerimento relacionado ao Dr. Luiz Ovando Filho, referente à situação que havia denunciado. Também mencionou a contratação de um ônibus para a área da saúde, no valor aproximado de R$ 1 milhão, para percorrer cerca de 50 mil quilômetros, afirmando que o Ministério Público teria

LIDO EM 23/10/2025

APROVADO EM 23/10/2025

atuado posteriormente contra a contratação sem licitação. Questionou a frequência de contratações diretas na Administração Municipal e defendeu a realização de procedimentos licitatórios transparentes, com divulgação adequada dos editais e oportunidades para que as empresas interessadas pudessem concorrer. Criticou o uso da inexigibilidade como justificativa para contratações sem disputa, argumentando que a Administração deveria observar a legalidade e a moralidade. Informou que havia sido autor de duas leis municipais voltadas à transparência, mas que, segundo ele, elas ainda não estavam sendo cumpridas. Citou como exemplo a obrigação de divulgar a destinação dos recursos provenientes de emendas parlamentares e a necessidade de esclarecer os motivos de atrasos em obras públicas, incluindo a construção da rodoviária, para que a população pudesse saber se os atrasos decorriam da empresa executora, dos pagamentos ou de aditivos contratuais. O vereador também mencionou informações relacionadas à reforma do hospital, afirmando que havia questionamentos sobre o cumprimento do contrato e sobre os motivos pelos quais a empresa ainda não havia concluído a entrega. Pediu à população que acompanhasse os acontecimentos e esclareceu que suas cobranças não representavam um ataque pessoal ao Prefeito Municipal, mas faziam parte de sua obrigação de fiscalizar a gestão pública. O requerimento foi submetido à discussão. O Vereador Yhgor Chagas solicitou a palavra e afirmou que diversos parlamentares vinham questionando a falta de respostas aos requerimentos apresentados à Administração Municipal. Destacou que era necessário verificar os procedimentos regimentais e as medidas cabíveis diante da ausência de respostas, pois, os vereadores tinham a obrigação de fiscalizar e os requerimentos não eram apresentados sem propósito. Defendeu que os pedidos dos parlamentares fossem respondidos. Não havendo mais discussão, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O vereador Joanes Pimentel mencionou que a Câmara Municipal já havia destinado mais de R$ 20 milhões ao município, conforme sua estimativa, e criticou a falta de respeito que, segundo ele, alguns vereadores enfrentavam ao cobrar medidas em benefício da população. Retomou o assunto do concurso público e afirmou que era necessário esclarecer se todos os candidatos haviam tido oportunidades iguais, mencionando suspeitas de que algumas vagas poderiam estar previamente direcionadas. Ressaltou que as investigações deveriam apurar os fatos e reiterou a necessidade de transparência. Reforçou uma indicação feita anteriormente solicitando novamente a recuperação da estrada na região do Assentamento Fama e Agriverde, afirmando que a via se encontrava em más condições e que já havia apresentado pedido na semana anterior. Também informou que procuraria o secretário responsável para solicitar providências à empresa que executava as obras de esgotamento sanitário no município, devido aos transtornos causados à população. Relatou que, após a chuva do fim de semana, que teria registrado aproximadamente 90 milímetros nas proximidades do estabelecimento Mercado Peixoto, formou-se uma cratera na via, representando risco para os motoristas. Afirmou que, solicitou ao Secretário Municipal de Obras que a área fosse rapidamente interditada, seu pedido foi atendido de prontidão evitando possíveis acidentes. Em seguida, mencionou uma reclamação feita por seu amigo Zezinho, da Gazin, relacionada ao problema dos bueiros, assunto anteriormente abordado pelo Vereador Amauri. Relatou que o estabelecimento havia sido invadido pela água durante a última chuva, mas que, graças à rapidez dos colaboradores, os móveis foram retirados e

WASHINGTON

elevados, evitando prejuízos materiais, apesar da entrada de água no local. O vereador afirmou que a situação poderia ter sido evitada caso os serviços de manutenção estivessem em dia e pediu à Secretaria Municipal de Obras, que providenciassem, com urgência, a limpeza dos bueiros e a instalação das tampas que estivessem faltando, a fim de oferecer uma resposta efetiva à população. Agradeceu ao secretário Ernani pelo atendimento às solicitações dos produtores rurais da região do senhor Nereu, mencionando que as pontes utilizadas pelos produtores, incluindo o senhor Zé Carlos, já haviam sido recuperadas. Destacou que essas estruturas não serviam apenas ao transporte da produção rural, mas também ao transporte escolar, atendendo diversas fazendas. Ressaltou a importância de garantir a segurança dos motoristas e, principalmente, das criança. Orientou que os eleitores analisassem as propostas dos candidatos e manifestou apoio a Flávio Bolsonaro, a quem se referiu como futuro presidente da República, também citou o presidente do Hospital Albert Einstein, a quem atribuiu a possibilidade de assumir o Ministério da Saúde. Criticou o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, questionando a permanência de apoio eleitoral ao partido, especialmente no Nordeste, região que descreveu como a mais pobre do país. Pediu aos eleitores que refletissem sobre os planos de governo e criticou uma declaração atribuída ao Presidente Lula a respeito de tocar em meninas. O Vereador **Carlos da Rocha Pontes** fez o uso da tribuna cumprimentou a todos os presentes e ouvintes, inicialmente, explicou que não havia participado da discussão do requerimento apresentado pelo Vereador Joanes Pimentel, referente ao afastamento de integrantes da Administração Municipal envolvidos na situação do concurso público, porque já havia formulado pedido semelhante em requerimento apresentado anteriormente pela Câmara Municipal. Fez uma indicação a Secretaria Municipal de Obras solicitando serviços de patrolamento e cascalhamento no bairro Paraíso Cacerense. Relatou que as ruas da localidade estavam em condições precárias. Afirmou que já havia apresentado requerimentos e indicações solicitando melhorias havia várias sessões, pois previa que a chegada do período chuvoso agravaria as condições das ruas e prejudicaria os moradores. Destacou especialmente a Rua Laudomiro Ferreira Borges, localizada ao lado do Mercado Baloque. Comentou também sobre a destinação de recursos da Câmara Municipal ao Poder Executivo, afirmando que, durante sua gestão como Presidente da Casa Legislativa, havia sido o presidente que mais devolveu recursos ao Executivo para aplicação em benefício da população de Rio Verde. Como exemplo, mencionou que havia deixado R$ 1,3 milhão destinado à pavimentação asfáltica da referida rua. Relatou que uma secretária teria afirmado que a devolução dos recursos não possuía amparo legal para destinação específica ao prefeito, tratando-se de um compromisso informal, e que também teria dito que ele não havia feito mais do que sua obrigação. O vereador criticou a forma como, segundo ele, os parlamentares eram tratados no município e comparou essa postura à de gestões anteriores da Presidência da Câmara, nas quais, conforme declarou, eram devolvidos valores inferiores, mas os respectivos presidentes eram considerados bons gestores. Manifestou insatisfação com a falta de reconhecimento e respeito ao trabalho dos vereadores. Fez outra indicação solicitando analise no bairro Ariovaldo Pereira. Observou que, embora as vias pavimentadas estivessem em condições satisfatórias, as ruas sem asfalto apresentavam deterioração e seriam especialmente prejudicadas pelas chuvas.

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

Ressaltou que vinha alertando para esse problema em sessões anteriores e que os moradores das vias não pavimentadas sofreriam as consequências caso os serviços de manutenção não fossem realizados antecipadamente. Retomando a questão dos bueiros, recordou que havia solicitado sua limpeza em sessões anteriores e não havia percebido providências efetivas. Criticou a falta de atendimento aos pedidos encaminhados pelos vereadores. Defendeu que os secretários compreendessem que os parlamentares representavam os cidadãos e que atender às indicações e aos requerimentos significava atender às necessidades do município. Em seguida, voltou a abordar o concurso público municipal e defendeu o afastamento imediato de todos os envolvidos em sua realização, incluindo aqueles que participaram da contratação e da fiscalização do contrato. Afirmou que a medida seria necessária para demonstrar compromisso com a moralidade administrativa e atender às expectativas da população. Declarou que, embora os vereadores fossem frequentemente alvo de críticas, naquele caso estavam cumprindo sua obrigação de fiscalizar. Relembrou que já havia solicitado a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), defendendo que o contrato fosse investigado e que, caso fossem constatadas ilegalidades, os responsáveis fossem punidos tanto na esfera administrativa quanto na Justiça comum. Argumentou que eventuais irregularidades poderiam envolver falsidade ideológica e prejuízos aos candidatos que se deslocaram de outras localidades para participar do concurso. Mencionou pessoas que, segundo relatou, haviam percorrido longas distâncias, investido dinheiro e passado noites estudando, inclusive pagando por cursos preparatórios, na expectativa de conquistar uma vaga no serviço público. Criticou a possibilidade de manter no cargo o secretário responsável enquanto as investigações estivessem em andamento, afirmando que, caso fosse posteriormente demonstrada sua ausência de responsabilidade, ele poderia retomar suas funções. Em sua avaliação, entretanto, permitir que os envolvidos permanecessem nos cargos durante a apuração seria imoral e desrespeitoso com os candidatos e com a população. Afirmou que, embora inicialmente não pretendesse abordar a eleição da Mesa Diretora durante o Grande Expediente, considerava necessário manifestar-se sobre o assunto. Criticou a utilização de referências a Deus para justificar os acontecimentos políticos, argumentando que a situação deveria ser compreendida como resultado de articulações políticas. Questionou por que o Vereador Nivaldo Henrique não poderia assumir a Presidência da Câmara e afirmou que não tinha nada pessoal contra o Vereador Flávio Brito, com quem mantinha uma relação cordial fora do Legislativo, embora já tivessem tido divergências políticas durante os trabalhos parlamentares. Acrescentou que vinha enfrentando perseguições relacionadas à sua atividade empresarial e à sua atuação fora da vida pública, atribuindo tais situações a questões de ego e orgulho. Também questionou o tempo decorrido até o cancelamento da eleição anterior da Mesa Diretora, da qual havia participado. O vereador esclareceu que não estava ali para julgar os demais parlamentares e afirmou que não havia prometido seu voto a ninguém, fato que, segundo ele, era de conhecimento do Vereador Flávio Brito. Declarou que, inicialmente, não pretendia entrar na disputa, mas que, diante da insistência, decidiu participar, sob a condição de que todos assumissem as consequências de suas decisões. Reiterou que sua posição não decorria de qualquer desavença pessoal com o Vereador Flávio Brito, mas da impossibilidade de apoiar a nova composição após ter participado de outro projeto político. Afirmou que, em sua

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

avaliação, seria moralmente incoerente votar favoravelmente à chapa que agora se apresentava, depois de ter se comprometido com uma proposta diferente. Reforçou que não votaria favoravelmente à nova Mesa Diretora porque havia participado de outro projeto e considerava necessário manter a coerência com suas decisões anteriores. Em tom enfático, defendeu que as pessoas honrassem seus compromissos e tivessem dignidade para sustentar suas posições, independentemente das pressões recebidas. Declarou que não se deixaria intimidar por pressões psicológicas e que estava preparado para enfrentar as consequências de seu posicionamento. Reconheceu que vinha sofrendo por se colocar contra o que chamou de sistema, mas afirmou compreender que as circunstâncias políticas eram passageiras e poderiam mudar futuramente. Ressaltou que, mesmo diante de eventuais mudanças no cenário político, manteria o compromisso de não prejudicar outras pessoas, argumentando que as ações negativas praticadas contra terceiros poderiam, em algum momento, retornar àqueles que as praticaram. O vereador **Washington Jefferson de Castro** fez o uso da tribuna e cumprimentou a todos os presentes e ouvintes, fez uma indicação à Secretaria Municipal de Saúde e ao Poder Executivo, solicitando providências para que o posto de saúde rural volte a contar com atendimento médico. Ressaltou que os moradores da zona rural necessitam de consultas e acompanhamento médico e enfrentam dificuldades para se deslocar até a cidade. Relatou que, muitas vezes, ao chegarem à cidade, recebem agendamento para o mês seguinte, situação que considerou inaceitável. Na sequência, dirigiu-se à Energisa, informando que moradores dos bairros Novo Horizonte, Paraíso Cacerense e Santa Terezinha estavam sem energia elétrica. Pediu esclarecimentos sobre a interrupção do fornecimento e o restabelecimento do serviço o mais rápido possível. Fez outra indicação à Secretaria Municipal de Obras solicitando a poda das árvores em frente ao Laboratório de Análises Clínicas, localizado ao lado do posto central de saúde. Explicou que, no ano anterior, já havia solicitado a poda, ocasião em que foi atendido pela Energisa, e pediu que a Secretaria Municipal de Obras também atuasse no local, uma vez que os galhos estavam próximos aos fios elétricos, representando risco à segurança das pessoas que transitam pela calçada. Fez ainda solicitação referente às árvores situadas em frente à Escola Estadual Vergelino Mateus de Oliveira, pedindo que o órgão responsável, fosse a Secretaria de Obras ou a Energisa, realizasse a poda com urgência, diante do perigo existente no local. Fez outra indicação a Secretaria Municipal de Obras, solicitando a manutenção da iluminação pública na Rua Ipiranga, na região central da cidade, em frente a uma academia, onde há lâmpadas dos postes queimadas. Convidou a população para participar, no dia 6 de novembro, de uma ação de atendimento à saúde na Fazenda Santa Cruz, na região pantaneira, direcionada aos moradores das propriedades rurais próximas, incluindo a Fazenda Santa Fé do Corixão e outras fazendas da região. Parabenizou o pecuarista responsável por abrir as porteiras de sua propriedade para receber a iniciativa, que oferecera atendimento médico e odontológico, vacinação, exames preventivos, testes rápidos, vacinação de animais e atendimento veterinário, com a participação de profissionais e do Instituto Alma Pantaneira. Agradeceu a Manoelzinho de Barros pelo apoio e por contribuir para que os serviços de saúde chegassem à população rural. Afirmou que a ação representa mais do que uma homenagem à cultura pantaneira, pois significa levar saúde ao homem do campo. Recordou que, no ano anterior, sua atuação foi marcada pela defesa dessa pauta e

LIDO EM 23/10/2026

APROVADO EM 23/10/2026

comentou que chegou a ser questionado por falar repetidamente sobre a saúde rural. Entretanto, destacou a importância dos atendimentos já realizados na Colônia São Luís, na Serra da Alegria e no Assentamento JR, entre outras localidades mencionadas, onde diversas famílias que moram longe da cidade puderam receber assistência. Relatou que havia apresentado indicação ao prefeito Réus Fornari e que, após conversar pessoalmente com ele, recebeu a garantia de que a solicitação seria atendida. Segundo o vereador, a medida teve resultado positivo, com a participação de outras secretarias, ampliando o atendimento à população. Informou que foram realizadas manutenções na ponte do Nereu Coelho e na ponte do Sucuri, na região do Pindaivão, agradecendo aos moradores e às equipes envolvidas. Destacou o trabalho de Zequinha e de toda a equipe da Secretaria Municipal de Obras. Parabenizou a equipe pela execução dos trabalhos e pela implantação do desvio, ressaltando que a passagem já estava sendo utilizada. Também parabenizou o Supermercado Econômico pela realização da oitava edição da Festa das Crianças, promovida na segunda-feira anterior. Declarou que participa da iniciativa há vários anos e enviou um abraço ao senhor Edmir, ao Cleodir e a toda a equipe do estabelecimento. Agradeceu aos funcionários pela organização da atividade, que proporciona momentos de alegria às crianças e às famílias da comunidade por meio de brinquedos, pula-pula, brincadeiras e distribuição de presentes. Ressaltou que iniciativas como essa fazem a diferença na vida das crianças e permanecem na memória das famílias, mencionando que ainda encontra crianças que recordam as primeiras edições realizadas em frente ao supermercado. O Vereador também fez referência ao aniversário do Estado de Mato Grosso do Sul, celebrado no domingo, dia 11 de outubro, quando completou 49 anos de história. Destacou a importância de valorizar a identidade, as tradições e a cultura pantaneira, afirmando que costuma utilizar uma faixa com as cores da bandeira estadual como forma de demonstrar seu orgulho. O Presidente **Flavio Roberto Alves de Brito** agradeceu a audiência e presença de todos e não havendo mais nada a tratar declarou encerrada a Sessão Ordinária do dia treze (13) de outubro do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis (2026). Autorizou que lavrasse esta Ata que depois de lida e achada conforme será aprovada e assinada pelo Presidente, 1º Secretário e demais Vereadores presentes.

Flávio Roberto Alves de Brito-Presidente

Joanes Pimentel Vieira – 1º Vice-Presidente

LIDO
EM 23/10/2026

APROVADA
EM 23/10/2026.

Robson Rodrigues Machado– 2º Vice-Presidente

Amauri Olartechea – 1º Secretário

José Armando da Fonseca – 2º Secretário

Carlos da Rocha Pontes

Laurindo Luiz Marchezan

Nivaldo Henrique Pereira de Almeida

LIDO
EM 23/10/2026

APROVADO
23/10/2026

Vanilda Lopes dos Santos

WASHINGTON CASTRO
Washington Jefferson de Castro

Yhgor Chagas Correia de Melo